

## NOVO CURSO DE PEDAGOGIA: NOVOS DESAFIOS OU VELHOS PROBLEMAS?

Hyrla Aparecida Tucci Leal<sup>1</sup>

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Resumo:** A partir do pressuposto de que a formação de professores é um dos maiores desafios enfrentados pela educação no Brasil, o artigo trata das mudanças históricas produzidas em torno dos cursos de formação de professores, e de modo particular aborda a implantação do curso de Pedagogia em uma universidade do Estado de São Paulo. Para tanto, apresenta um breve resgate histórico a respeito da criação do curso de Pedagogia em 1939 e das implicações produzidas pelas Leis 4.024/61 e 5.540/68. Ao tratar das mudanças produzidas nas décadas de 1980 e 1990, particularmente com a promulgação da Lei 9.394/96, considera os impactos produzidos pelas novas adequações no mundo do trabalho à formação de professores. A partir deste quadro, trata então da organização e reorganização do curso de Pedagogia na universidade de São Paulo.

**Palavras-Chave:** Formação de professores; Curso de Pedagogia; Desafios.

### NEW COURSE OF PEDAGOGY: NEW CHALLENGES OR OLD PROBLEMS?

**Abstract:** Assuming that the teachers training is one of the biggest challenges faced by education in Brazil, the paper discusses about the historical changes that were produced around the courses of teachers training, and in a particular way, it deals with the implementation of the Pedagogy Course at a University in the state of São Paulo. Thus, it presents a brief historical about regarding the creation of the Pedagogy Course in 1939 and the implications that were produced by Law 4.024/61 and 5.540/68. When the article deals with the changes produced in the 1980s and 1990s, particularly with the enactment of the Law 9394/96, it considers the impacts generated by new adequacies in the working world for the teachers training. From this, it deals with the organization and reorganization of the Pedagogy Course at the University of São Paulo.

**Keywords:** Teachers training; Pedagogy course; Challenges.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Docente do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: [hyrlatuccileal@gmail.com](mailto:hyrlatuccileal@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios enfrentados pela educação brasileira é o da formação e qualificação de seus professores. Esse não é um problema atual, tendo sido discutido desde a época do Império, quando se tornou necessária a preparação daqueles que formariam a “jovem nação”:

Pode-se dizer que ao menos no nível das aspirações e nas proposições teóricas efervescentes na fase final do regime monárquico, já encontrara o seu lugar a tese de que o professorado merecia preparo regular (TANURI, 2000, p. 67).

Essa situação perdurou durante os anos iniciais da República, gerando debates acalorados entre os intelectuais do escolanovismo (intitulados pioneiros) que reafirmavam a importância dessa problemática:

Todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico conjuntamente nos cursos universitários, em faculdades ou escolas Normaes, elevadas ao nível superior e incorporada às universidades (AZEVEDO, 2001).

Os “pioneiros” buscavam modernizar o país por meio da modernização da educação e não a concebiam senão por uma formação bem cuidada e rigorosa dos educadores. Fernando de Azevedo concebia a Faculdade de Educação (criada a partir da elevação do Instituto de Educação à categoria de Escola Superior, na década de 1930) como o “coração da Universidade”. A Escola Normal formava docentes para a antiga escola primária e o Curso de Pedagogia, criado em 1939, formando educadores para a mesma, tornaram-se *locus* privilegiados de formação de professores, cada um com sua especificidade.

No entanto, em relação à Pedagogia, havia certa imprecisão e ambiguidade em relação à destinação profissional de seus egressos, pois somente em 1943 é que se passou a exigir a diplomação neste curso para o preenchimento de cargos técnicos de educação, no Ministério da Educação. Seu currículo foi organizado com essa precípua finalidade, permanecendo o mesmo até os anos 1960. Como se vê, à crise da formação dos professores, somou-se a insatisfação de um curso que manteve durante mais de vinte anos a mesma estrutura curricular.

Ocorre que nesse período o país passou por transformações substanciais e nem mesmo a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei 4024/61), com seus diversos

pareceres visando o aprimoramento da formação de recursos humanos para a educação foi capaz de acabar com essas imprecisões.

Em 1968, com a homologação da Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária, novos pareceres do Conselho Federal da Educação (CFE) tentaram melhorar a qualidade do ensino nesse curso. O parecer nº 252/69 enfatizava, por exemplo, a formação de professores para o Curso Normal e especialista em educação, com destinação em Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Educacional e Inspeção Escolar, no âmbito das escolas e sistemas escolares.

No entanto, as modificações introduzidas por esse parecer não conseguiram resolver os tradicionais problemas do Curso de Pedagogia, gerando inclusive outros que começaram a ser diagnosticados alguns anos depois, exigindo novos estudos e reformulações. Nas décadas de 1980 e 1990, tanto as modificações estruturais do país quanto as novas adequações do mundo do trabalho, se impuseram à educação e à organização escolar, gerando impactos sobre o Curso de Pedagogia e a formação de professores no Brasil:

O período seguinte, inaugurado com o lema “Brasil Novo” na posse de Collor de Mello em março de 1990 assumiu claramente a prioridade da inserção do país no quadro do mercado globalizado comandado pelo capital financeiro, ao qual se subordinam as políticas, de modo geral, e, especificamente, a política educacional (SAVIANI, 2007, p. 207).

Em 1996, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, debatida por anos por educadores e pela sociedade civil, novos caminhos se delinearam no sentido de um novo Curso de Pedagogia que formasse educadores competentes, exigido por todos. Para isso, havia necessidade da definição de novas Diretrizes Curriculares para o curso em questão.

Quando foi promulgada, a LDB nº 9.394/96 gerou novamente polêmicas ao tornar impreciso o local da formação de professores: Curso de Pedagogia, Normal Superior ou Instituto Superior de Educação. Enquanto duravam os debates e os questionamentos havia somente uma certeza: a partir dessa data todos os professores da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, gradativamente deveriam ter curso superior.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172, promulgada em nove de janeiro de 2001, o país deveria: “Garantir que, em 10 anos, 70% dos professores de educação infantil e das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, tenham formação em nível superior em cursos de licenciatura plena (meta 18)” (SAVIANI, 2007, p.

257). Com esses dados publicados iniciou-se uma corrida desenfreada pela procura de cursos que oferecessem formação superior dentro dos critérios propostos pela nova LDB. A proposta deste texto é mostrar a implantação de um novo Curso de Pedagogia oferecido por uma conceituada Universidade da zona Oeste de São Paulo. Ela já possuía o seu Curso de Pedagogia, reconhecido pelo Decreto nº 6.526, desde 12 de novembro de 1940, com a finalidade de preparar melhor os professores advindos do Curso Normal.

Suas reformas curriculares, no entanto, acompanharam as do restante do país, inclusive as propostas do Parecer nº 252/69, que introduziu as Habilitações Específicas, citadas anteriormente. O curso de Pedagogia desta universidade, assim como vários outros, aos poucos ganhou projeção no cenário nacional, tornando-se referência para os demais cursos da área.

Na década de 1980, a insatisfação comentada anteriormente em relação aos cursos de formação de educadores no país também atingiu a Universidade, que desencadeou diversos momentos de estudo e reflexão visando sua reformulação, com participações consistentes nos Encontros Regionais e Nacionais, promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Esses estudos levaram a modificações principalmente nas Habilitações Específicas oferecidas, com a introdução também da Orientação para Deficientes da Áudio Comunicação (EDAC) e da Habilitação em Pré-Escola, organizada e aprovada em 1992 e iniciada em março de 1994, como Habilitação em Educação Infantil, num esforço conjunto de professores comprometidos com essas áreas.

Além desses grupos de estudos foram realizadas várias pesquisas junto aos alunos cursantes e egressos, e junto aos professores, para a busca de subsídios que enriquecessem a nova proposta. Esse movimento gerou diagnósticos e expectativas em relação às novidades que o novo curso deveria oferecer à sua clientela, e, ao mesmo tempo, dando respostas às novas exigências atuais da sociedade do conhecimento, com destaque não apenas para o conteúdo mas também para a criatividade, adaptabilidade, criticidade, interdisciplinaridade e sensibilidade para os diferentes tipos de inclusão.

Foram vários anos de debates intensos à espera das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia que só foram implantadas em 2006, após algumas reformulações no parecer CNE/CP de 5/2005. Quando aprovadas, o MEC dava prazo reduzido para sua implantação e isso trouxe vários contratemplos para conclusão da matriz curricular que vigoraria a partir dessa data.

A rapidez da implantação dessas Diretrizes estava atrelada à obrigatoriedade de sua publicação no Diário Oficial (aliás, a única reforma curricular a ter essa exigência). Com a matriz ainda em estudos acelerou-se o processo e finalmente, a reforma do Curso de Pedagogia dessa Instituição ficou pronta, tendo sido aprovada pelos órgãos colegiados competentes e publicada nos meios de comunicação oficiais.

Para a elaboração da nova organização curricular do mesmo, alguns documentos e orientações oficiais foram levados em conta além das Diretrizes Curriculares Nacionais, como por exemplo:

- 1) O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), já que a universidade também estava passando por mudanças estruturais;
- 2) O Plano Pedagógico Institucional (PPI), fundamentado em uma nova visão de Universidade concretizada entre a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão (pressupostos básicos do ensino superior) e maior eficiência no atendimento à comunidade.
- 3) O Plano Institucional de Formação de Professores da Educação Básica (PIFPEB), que deu às licenciaturas das Universidades, formatação específica, articulando Bacharelado e Licenciatura e respeitando a integralidade da formação do professor. O foco principal é a formação de um professor competente na sua área de ensino e pesquisa e capaz de entender e atuar na escola nas múltiplas dimensões do trabalho pedagógico e da prática docente (LEAL et al, 2006, p. 123).
- 4) Documentos do Conselho Nacional de Educação que trata especificamente da formação do pedagogo

Desse modo, o Curso de Pedagogia da referida Instituição, com base nesses documentos, embora reconhecesse os limites impostos pelo MEC, através das Diretrizes Curriculares Nacionais teve os seguintes princípios formativos:

— Formar professores para o exercício da Docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio na modalidade Normal; — Preparar profissionais que possam participar na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino e outras, atuando no planejamento, execução coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias no setor educacional (LEAL et al., 2006, p. 82).

Aliado a esses princípios respeitou-se a concepção de educação vigente da Universidade, traduzida como a formação de sujeitos críticos:

[...] comprometidos com a educação enquanto prática político-social e como possibilidade do desenvolvimento do ser humano em relação á sua autonomia, consoante com os princípios de uma educação libertadora. O ponto de partida para o delineamento do perfil deste educador é sua consideração como sujeito e agente do processo cultural. Esse educador é também, um co-participante nas transformações das relações de poder, razão

pela qual a prática educacional é prioritariamente marcada pela dimensão político-social da existência humana. Além disso, a formação que propomos tem como referência um projeto de sociedade, no qual todos os indivíduos tenham acesso aos bens materiais simbólicos produzidos, bens estes que estão, ainda hoje, ao alcance de uma parcela minoritária da população brasileira. Em decorrência disso esse Curso está comprometido prioritariamente com a escola pública que se constitui num dos espaços privilegiados para a democratização do saber (LEAL et al., 2006, p. 85).

Sua estrutura respeita as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia aprovadas em 13 de dezembro de 2006, ao se constituir em: a) um núcleo básico de estudos; b) um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos; c) um núcleo de estudos integrados.

## **2 INOVAÇÕES DO NOVO CURSO DE PEDAGOGIA**

Uma das grandes inovações desse Curso de Pedagogia que também se tornou um desafio ao ser implantado é sua matriz curricular organizada sob a forma de módulos diferenciados por ano, divididos em dois eixos, articulados entre si e unidades temáticas específicas por semestre, garantindo a especificidade e a flexibilidade da formação do educador, mediadas por projetos de investigação e intervenção.

Pode se considerar inovação essa organização por módulos e unidades temáticas porque contemplam um processo interdisciplinar, sem pré-requisitos (que implicava em formatações semestrais fechadas e congeladas), quebrando a rigidez e o caráter fragmentário de suas unidades. “O currículo será desenvolvido como uma ‘rede interconectada’ por meio de módulos com seus eixos temáticos diversificados e realizados conjuntamente pelos professores” (LEAL et al., 2006, p. 124).

Esse foi um grande desafio porque exigiu de todos os profissionais que nele atuam flexibilidade, integração e planejamento conjunto, com avaliações e reavaliações constantes e significativas tornando-se, na realidade, o maior obstáculo encontrado em sua aplicação.

Aceitar as unidades temáticas integradas, entrar em contato com conteúdos novos, bibliografias atualizadas e a necessidade de reavaliações de seu próprio papel enquanto formadores de educadores foram pontos discutidos entre os profissionais que nele atuavam. A atitude de resistência é normal em processos de mudanças, gerando inquietações e dúvidas se este ou aquele curso é considerado melhor e o que é realmente inovador ou possui apenas roupagem nova para idéias já consagradas.

Implantar um curso novo em meio às mudanças fundamentais na Universidade, com o apoio de alguns e a resistência de outros, foi desgastante. Além desses problemas sérios, os alunos do curso em extinção também questionavam o final das Habilitações Específicas, pois as consideravam, como eram desenvolvidas na Instituição, os grandes diferenciais da formação dos pedagogos da universidade. No fundo, a maioria temia perder o salto de qualidade que a referida Instituição tinha conseguido ao longo dos anos, tornando-se referencial nacional e sendo premiada pelas pesquisas feitas por especialistas.

A nosso ver, e pela avaliação do pouco tempo de implantação, esse dado não deveria requerer preocupações, pois os ajustes estavam sendo pensados com um dinamismo próprio no novo curso. Outra inovação interessante foi a necessidade da presença de especialistas de diferentes unidades da universidade, na docência da fundamentação dos aportes conceituais e metodológicos para a formação do educador das séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A partir do terceiro ano do curso, as metodologias específicas exigidas pelas unidades temáticas como: Metodologia Específica da Matemática ou do Espaço, Tempo e Cultura ou Natureza, Ciências, Meio Ambiente e Saúde, por exemplo, deveriam ser desenvolvidas por professores especialistas.

Nesse novo projeto, os professores do Curso de Pedagogia também se anteciparam intensificando os diálogos e a parceria com outras unidades de conhecimento da Universidade, situação esta nunca configurada até então no que diz respeito à participação ativa de professores de outras Faculdades. Agora serão responsáveis pelo desenvolvimento (quer na concepção e na administração de aulas) de unidades temáticas relacionadas à sua área de conhecimento como, por exemplo: Matemática, Português, história, Geografia, Ciências e pela parceria em atividades conjuntas: aulas, seminários, oficinas, etc. (LEAL et al., 2006, p. 7).

Nesse sentido, o projeto passou por debates intensos e questionamentos sobre as especificidades das diferentes áreas do saber e de sua articulação com as propostas didáticas do curso. Pode-se enfatizar também como mais um elemento inovador a maior articulação pretendida com as unidades de Pós-graduação existentes na Universidade.

Atualmente há uma expansão dos grupos de pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade, onde o Curso de Pedagogia está alocado e há exigência do vínculo dos professores aos departamentos da mesma, fazendo com que a articulação seja feita com maior intensidade. Alguns professores têm começado a superar “[...] as dificuldades estruturais

limitadoras dessa integração por concebê-la como um processo interativo de partilha da produção científica” (LEAL et al., 2006, p. 21).

O que era, portanto, empecilho passa a ser fundamental no novo projeto, pois essa articulação deveria ser intensificada, trazendo, sem dúvida, enriquecimento das atividades dos docentes e alunos do curso.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados avaliativos sobre o Novo Curso de Pedagogia vigente desde 2007 na universidade, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais estipuladas pelo MEC, estão sendo estudados porque o mesmo ainda está em fase de implantação.

Como tantos especialistas denunciam, considera-se que as diretrizes curriculares, implantadas em 2006, dão formação muito generalista ao curso de pedagogia ou que exija, no lugar das habilitações, cursos de especialização para complementação da formação do pedagogo, já que os conhecimentos específicos de gestão ficaram diluídos nos quatro anos. Ou também que para nossa sociedade tão carente de bons profissionais, esse tipo de currículo não forme professores bem preparados.

Essas críticas devem ser consideradas com muita seriedade, mas se acredita também que essas orientações não se tornem uma “camisa de força” para as universidades ou faculdades que possuam o curso de Pedagogia. Elas podem transformar esses impasses e elaborar cursos mais adaptados aos novos tempos.

No entanto, após três anos de funcionamento e ainda sem pesquisas consistentes, no aguardo do término do mesmo, e da integração dos egressos ao mercado de trabalho, já é possível delinear algumas tendências.

Quando idealizado, o novo curso de Pedagogia contemplaria desde a docência para a educação infantil, como a das séries iniciais do Ensino Fundamental, e ainda formaria desde o primeiro ano, o gestor, capaz de responder aos múltiplos desafios da educação.

Num momento em que o papel do professor constantemente é criticado sob todos os pontos de vista no país, acreditou-se que estaria comprometido em mudar essa realidade. O novo curso de Pedagogia pode fazer articulações entre a teoria e a prática e superar os desafios de sua dicotomização, afinal a grande queixa constantemente feita é a de que chegar à sala de aula sabendo “o quê e como ensinar”, não é garantia oferecida pela maioria dos cursos de formação de professores: em alguns casos, as disciplinas obrigatórias que tratam

das práticas de ensino e didáticas específicas, e das metodologias que deveriam ser utilizadas em sala de aula, representam apenas vinte por cento dos currículos dos mesmos, em relação às disciplinas de fundamentos teóricos da educação.

Os conteúdos propostos pela sua matriz curricular tentam responder às diferentes demandas para o pedagogo atual, fundamentando-o e preparando-o para as competências técnicas e profissionais exigidas durante sua atividade docente. No entanto, apesar de tentar procurar responder aos desafios atuais há um longo caminho a percorrer e ele passa por alguns obstáculos: a aceitação de um novo olhar sobre o pedagogo também exige um novo olhar da própria docência do curso. Ela exige um repensar sobre a própria prática dos seus professores, a construção de novos saberes e novas perspectivas, de novas propostas, de críticas construtivas que possam ajudar a consolidar a nova formação de professores.

Trabalhar com a formação desse profissional requer projetos coletivos, planejamentos baseados no diálogo e reflexões constantemente avaliadas. A prática está revelando um curso que poderá resvalar para débeis fundamentações teóricas, oferecidas com a fragmentação de muitas unidades temáticas sem os ajustes necessários, olhares perplexos dos docentes que se movimentam sem firmeza no campo instável da interdisciplinaridade proposta, dificilmente conseguida no contexto das licenciaturas atuais das Universidades que refletem a própria instabilidade e insatisfação da educação do país.

Outra questão séria a ser levada em conta: não basta apenas o olhar isolado sobre um curso superior, mas a própria indefinição do mesmo que perdeu sua identidade na formação de profissionais para a sociedade. Mergulhar no universo da formação de professores no Brasil requer ainda um olhar sobre formar *que profissionais*, engajados *em que lugar*, com *que tipo de ideais*, com *que carreira profissional* à frente, com *que valorização* por parte da sociedade, e isto não se faz de modo idealista, mas com certezas e realizações.

Ou se consegue enfrentar esses desafios ou se retorna aos velhos problemas da formação anterior, agravados pela falta de perspectiva profissional. Depara-se, portanto, com a questão colocada no título do trabalho: o Novo Curso de Pedagogia traz condições concretas de possibilitar novos caminhos ou apenas efetua variantes nos antigos? A proposta desafiadora e ousada indica um “como fazer”, mas a resposta ainda será dada nos próximos anos.

#### 4 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: GHIRALDELLI JR., P. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEAL, Hyrla A. Tucci Leal et al. **Reforma Curricular da Graduação do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**: Novo Projeto Pedagógico. PUC/SP, 2006.

NÓVOA, A. Os professores e sua formação. In: QUELUZ, A.G.; ALONSO, M. **O trabalho docente**: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TANURI, L. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, Campinas, SP: Autores Associados, 2000 (Número especial: 500 Anos de Educação Escolar).

Recebido em 10/07/2010.

Aprovado para publicação em 03/11/2010.